

**EDITAL FAPERJ n. 19/2011 Programa “Pensa Rio – Apoio ao Estudo de Temas Relevantes e Estratégicos para o Estado do Rio de Janeiro”**

---

*Título do projeto:*

**A Inserção do Rio de Janeiro nas Agendas da Cooperação Sul-Sul Descentralizada**

Coordenadora: Maria Regina Soares de Lima, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Coordenador-adjunto: Carlos Roberto Sanchez Milani, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

---

**1. Resumo:**

Em português: a presente proposta visa a produzir elementos de análise que contribuam para a definição de estratégias locais e regionais de inserção do Rio de Janeiro nas agendas da política externa brasileira de cooperação sul-sul. O momento é particularmente propício para que pesquisas como a que ora apresentamos sejam desenvolvidas: o Brasil começa a tornar qualitativamente mais densa a sua participação – não mais apenas enquanto beneficiário, mas também como doador – no campo da cooperação internacional, em áreas das mais diversas (saúde pública, educação formal, cooperação universitária, educação não formal, meio ambiente, projetos de assistência técnica, desenvolvimento agrícola, cooperação tecnológica e desenvolvimento científico, gestão pública, etc.) e em parceria com países em desenvolvimento de diferentes regiões do mundo, sobretudo no continente africano e na região latino-americana. Isso ocorre no mesmo momento em que outros grandes países periféricos e potências emergentes (África do Sul, China, Índia, México, Turquia, por exemplo) passam a desempenhar papéis relevantes nessa agenda política e estratégica. Daí resulta a necessidade de se conhecer mais detalhadamente essa realidade, inclusive na perspectiva de atores não governamentais, redes e movimentos, com o intuito de desenvolver eixos estratégicos de pesquisa e de ação política para o estado do Rio de Janeiro, no que tange à cooperação sul-sul descentralizada.

Em inglês/“abstract”: this proposal aims to produce elements of analysis that contribute to the development of local and regional strategies of Rio de Janeiro’s integration in Brazil’s foreign policy agendas of south-south cooperation. The present time is particularly ripe for research such as the one that we have presented herein : Brazil is starting to become qualitatively more dense in terms of its participation - no longer just as a beneficiary, but also as a donor - in the field of international cooperation in several areas (public health, basic and higher education, non-formal education, environment, technical assistance projects, agricultural development, technological cooperation and scientific development, public management and governance, etc.) and in partnership with developing countries in different regions of the world, especially in Africa and the Latin American region. This occurs at the same time as other major peripheral countries and emerging powers (South Africa, China, India, Mexico, Turkey, for example) have begun to play important roles in this political and very strategic agenda. Hence the need to further investigate this reality, including the perspectives of non-state actors, social networks and movements in order to outline strategic areas of research and political action for the state of Rio de Janeiro in the field of South-South decentralized cooperation.

## **2. Introdução: contextualização e justificativas**

Os efeitos e os dilemas produzidos pelos processos de globalização em diversos âmbitos (econômico, social, cultural, tecnológico, político e ambiental) colocam em xeque os pressupostos e os instrumentos que vêm dando suporte à compreensão e à intervenção sobre a realidade do desenvolvimento. Tais processos geram oportunidades, mas principalmente novos riscos e armadilhas no campo do desenvolvimento; ademais, no que diz respeito ao sistema da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), contribuem para aprofundar muitas das avaliações críticas formuladas ao longo dos últimos cinquenta anos acerca das contradições e das promessas não cumpridas pelas agências multilaterais e bilaterais envolvidas nesse sistema.

É importante lembrar que, ao se falar em CID, devem ser mencionados seus principais atores: as organizações multilaterais (as agências do sistema ONU, os bancos de desenvolvimento, além de algumas organizações de caráter não universal, tais como a União Europeia e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico/OCDE), as agências governamentais bilaterais (USAID, *Japan*

*International Cooperation Agency/JICA*, por exemplo) e as organizações não governamentais (OXFAM, CARE, *Misereor*, NOVIB, *Peuples Solidaires*, Fundação Ford, Fundação Kellog, entre muitas outras). Estas últimas, de caráter não estatal, podem atuar em relação direta com governos e agências, mas também, em alguns casos, podem buscar uma atuação administrativa, política e financeira mais autônoma, estabelecendo ligações entre organizações sociais sem a mediação de agências estatais. Essa atuação mais autônoma tem estado em xeque nos anos mais recentes da CID, tanto na sua vertente Norte-Sul (CNS), quanto em sua dimensão Sul-Sul (CSS). Não menos importantes são as empresas, cada vez mais envolvidas em projetos de cooperação por meio de seus programas de responsabilidade social e ambiental corporativa, inclusive em parceria com a Organização das Nações Unidas, como atesta o estabelecimento do *Global Compact* na virada do milênio.

Cada vez mais numerosas nesse processo, as ações de cooperação entre governos subnacionais de países diferentes não são um fenômeno novo, mas é sim relativamente recente a sua conceituação como instituição que articula práticas e dimensões diversas (assistência ao desenvolvimento, difusão de práticas inovadoras, cooperação cultural, etc.) e também o impulso que recebem desde as principais agências internacionais responsáveis pelo desenho do sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento: a ONU, o Banco Mundial e a União Europeia. De fato, foi a Comissão Europeia quem cunhou e popularizou a denominação de “cooperação descentralizada” em 1989. Também é a Comissão Europeia a principal responsável da difusão das práticas da cooperação descentralizada na América Latina, através do programa URBAL (*URB-AL Regional Aid Programme*) de cooperação em rede. Portanto, a Cooperação Descentralizada Pública (ou, simplesmente, a Cooperação Descentralizada/CD) pode ser definida como cooperação para o desenvolvimento protagonizada por governos subnacionais (municipais, estaduais, provinciais...) através do estabelecimento de vínculos bilaterais diretos com outros governos subnacionais estrangeiros. E, nesse sentido, a Cooperação Sul-Sul Descentralizada (CSS-D) é a forma de CD que privilegia a cooperação entre entidades subnacionais de países em desenvolvimento: trata-se de um fenômeno emergente e com especificidades interessantes, tanto pelos atores participantes quanto pela maneira em que cooperam, mas cuja realidade é ainda bastante desconhecida, o que justifica a apresentação desta proposta.

Como sabemos, as organizações da CID podem trabalhar com subvenções na execução de projetos (agências do sistema ONU e organizações não governamentais de desenvolvimento), mas podem igualmente conceder empréstimos, muitos dos quais com juros subsidiados (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento). Os bancos de desenvolvimento também concedem subvenções, mas excepcionalmente. A CID é, assim, um sistema integrado por atores governamentais e não estatais, fundamentado em normas e instituições, mas que também incentiva ações coletivas em prol do desenvolvimento internacional por meio de um leque bastante amplo e diversificado de atividades e setores, incluindo a educação e a formação técnica (*capacity building*), a saúde, o crescimento econômico, a cooperação científica e tecnológica, a comunicação, a proteção do patrimônio cultural e, nos anos 1980 e 1990, a reforma do Estado e os programas de governança pública (FUKUDA-PARR *et al.*, 2002).

Tais organizações atuam na formulação de estratégias de desenvolvimento, na configuração dos ideários do desenvolvimento, na implementação de infraestruturas e projetos operacionais, financiamento de programas, definição de normas e padrões internacionais, bem como na promoção dos discursos relativos à cooperação e ao solidarismo internacional (BURNELL, 1997). Boa parte do conteúdo que diz respeito às políticas e aos modelos contemporâneos de desenvolvimento é concebida, analisada e difundida no âmbito da cooperação internacional. Sua relevância em termos de capital simbólico é, pois, mais que evidente – inclusive porque, apesar da multiplicidade de agências e da diversidade de seus mandatos, são muitos os esforços por elas consagrados no sentido de construir uma visão compartilhada em torno do desenvolvimento. Ou seja, há uma pretensão universal do desenvolvimento ocidental que se encontra à raiz das ações das agências da cooperação internacional: essa visão universal integra a defesa dos direitos humanos, a noção de progresso, a cultura do pacifismo e da negociação, bem como o ideal do intercâmbio na construção de consensos plurais.

É importante ressaltar que, no que diz respeito especificamente à “Cooperação Sul-Sul” (CSS), não seria tarefa simples estabelecer com precisão suas origens históricas, haja vista a variedade de projetos, temas e trajetórias de cada setor dessa CSS. De todas as formas, acreditamos que qualquer esforço nesse sentido deve apontar para os anos 1950, mais concretamente em 1955 com a realização da I Conferência de Países da Ásia e da

África em Bandung (Indonésia), como ponto central e marco histórico relevante para o desenvolvimento posterior dessa forma de cooperação entre países em desenvolvimento. A questão central discutida em Bandung visava a influenciar as mentalidades das elites dirigentes nos países do Terceiro Mundo, muitos deles recentemente emancipados, no sentido de deixar de lado suas diferenças procurando reunir-se a partir de uma plataforma comum. São os primeiros passos da cooperação política entre países com características semelhantes com o objetivo de combater o colonialismo e o neocolonialismo, do que resultaram plataformas políticas importantes em torno da solidariedade entre os países do Terceiro Mundo e os princípios básicos dos países não alinhados. Além disso, também decorreram desses primeiros passos algumas posturas diplomáticas e geopolíticas de distância equilibrada em relação às duas superpotências. A “inspiração” para o movimento dos não alinhados surgiu em Bandung, sendo que a fundação do MNA se deu somente em 1961, durante a Conferência de Belgrado.

Haveria, evidentemente, alguns fatos importantes que poderiam ser lembrados como marcos relevantes na história da CSS, por exemplo: a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (1964); a criação do G-77 nas Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional; a Conferência de Buenos Aires e seu Plano de Ação sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (1978); o reestabelecimento, com a mudança terminológica, da Unidade de Cooperação Sul-Sul no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996); a celebração do Primeiro Fórum de Cooperação China-África em Beijing (2000); o Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) em 2003; a celebração do ano da África para a cooperação turca em 2005; o lançamento pelo Brasil de seu primeiro relatório, preparado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), sobre cooperação para o desenvolvimento (2010); a fundação da Agência Mexicana de Desenvolvimento e Cooperação (AMEXID) em 2011; o lançamento, em 2012, do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul do governo brasileiro, com edital com valor global de 2 milhões de USD para projetos concebidos por municípios e estados (2012), entre outros (LIMA, 2005). Qual é a experiência acumulada no estado do Rio de Janeiro em matéria de cooperação descentralizada? Quais seriam as áreas temáticas (cooperação técnica, saúde, educação, segurança pública, meio ambiente) e regiões prioritárias (África, América Latina) para um futuro desenvolvimento das agendas de CSS-D a partir do Rio de Janeiro? Que

contribuições a Universidade poderia formular para responsáveis políticos e gestores públicos (estratégias políticas, módulos de formação, etc.)? É com base nesse contexto e nesses questionamentos que o presente projeto visa a produzir resultados que subsidiem o estado do Rio de Janeiro na definição de suas estratégias de CSS-D.

De fato, no contexto da globalização desde os anos 1990, particularmente com a crise econômico-financeira que assola o centro e a periferia do sistema internacional, mas também no âmbito dos debates sobre o futuro das relações Norte-Sul e da cooperação internacional, as políticas de CSS ressurgem de modo claramente associado ao papel renovado de alguns países em desenvolvimento, os mais poderosos, no sistema internacional, visando principalmente a alicerçar a ideia de que os países do Sul podem (e devem, vão afirmar alguns discursos de política externa) cooperar com outros países do Sul. Isso significa que a CSS busca e afirma introduzir uma nova visão do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento (quanto ao papel do Estado, em matéria de alianças entre países do Sul, quanto à horizontalidade dos programas de cooperação, etc.) e garantir uma inserção internacional diferenciada de alguns países do Sul no diálogo com os países desenvolvidos. Boa parte da engenharia institucional que sustenta a CSS se fundamenta no pressuposto de que países em desenvolvimento podem e devem cooperar a fim de resolver os seus próprios problemas políticos, econômicos e sociais com base em identidades compartilhadas (ex-colônias, status econômico, experiência histórica, etc.), esforços comuns, interdependência e reciprocidade. Como argumenta Bruno Ayllón Pino (2011, p. 274), a CSS destaca-se como fenômeno internacional que atua em duas dimensões, “uma dimensão política que contempla uma modalidade de cooperação entre países que querem reforçar suas relações bilaterais e coligar-se multilateralmente para ganhar poder negociador nos temas e agenda global. A outra dimensão mais técnica em que dois ou mais países adquirem capacidades individuais e coletivas através de intercâmbios cooperativos em conhecimentos tecnologia e *know how*”.

Foi nesse contexto que o discurso oficial e as práticas brasileiras de CSS buscaram, principalmente a partir dos anos 2000, inserir-se com o propósito de distinguir a cooperação para o desenvolvimento tradicional daquela iniciada e cada vez mais frequentemente realizada pelo Brasil. A ABC, ligada diretamente ao Itamaraty, define a cooperação técnica como aquela que “constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos seus

sistemas produtivos, como forma de superar restrições que tolhem seu natural crescimento. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir conhecimentos, experiências de sucesso e sofisticados equipamentos, contribuindo assim para capacitar recursos humanos e fortalecer instituições do país receptor, para possibilitar-lhe salto qualitativo de caráter duradouro”.<sup>1</sup> Segundo o IPEA (2010, p. 17), a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento seria “a totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas”. Ambas as agências ressaltam a importância estratégica que a CSS tem assumido nas agendas da política externa brasileira. Por conseguinte, diante de todo o exposto, selecionamos quatro principais dimensões de pesquisa e reflexão estratégica que orientam o desenvolvimento deste projeto, a saber:

**Dimensão 1 – A Cooperação Sul-Sul (CSS) nas agendas da Política Externa Brasileira (PEB):** como a CSS se articula com as prioridades regionais e globais da PEB? Quais são os principais atores e as agendas temáticas mais relevantes? Que aprendizados podem ser tirados da comparação (semelhanças e diferenças) com a experiência de outros países periféricos e potências emergentes (África do Sul, Índia, México, Turquia, por exemplo)? Quais seriam as principais armadilhas e críticas da Cooperação Norte-Sul que deveriam ser evitadas na CSS (no campo da saúde pública, do meio ambiente, por exemplo)?

**Dimensão 2 – A Cooperação Sul-Sul Descentralizada (CSS-D):** que papel para as cidades e os estados da federação na concepção e implementação das agendas de CSS? Quais seriam as vantagens e desvantagens da cooperação triangular descentralizada? Como a CSS-D se relaciona com os processos de integração regional, particularmente o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos) e a UNASUL (União das Nações Sul-americanas)? Quais são as principais experiências de CSS descentralizada no Brasil e em perspectiva comparada (México, Espanha, por exemplo)?

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.abc.gov.br/ct/introducao.asp>. Acesso em 08 de janeiro de 2012.

Dimensão 3 – **Percepções, discursos e práticas da sociedade civil**: qual seria o “lugar” do não governamental nas agendas da CSS brasileira? Quais seriam os discursos, as agendas e as práticas dos atores sociais quanto à concepção e à implementação dessas agendas? Como se articulam atores institucionais, operadores econômicos e atores sociais nas agendas de CSS no caso do Brasil e em perspectiva comparada? Haveria tensões entre interesses públicos e privados na implementação dessas agendas de CSS e CSS-D na região latino-americana e africana?

Dimensão 4 – **Definindo estratégias de CSS-D para o Rio de Janeiro**: com base em que critérios o Rio de Janeiro pode se inserir nessa agenda de CSS? Qual é a experiência acumulada no Rio de Janeiro, em contraste com outras realidades de cidades e estados brasileiros? Haveria áreas temáticas (cooperação técnica, saúde, educação, segurança pública, meio ambiente) e regiões prioritárias (África, América Latina) para a CSS do Rio de Janeiro? Que contribuições a Universidade poderia formular para responsáveis políticos e gestores públicos (estratégias políticas, módulos de formação, etc.)?

Os diferentes membros da equipe do presente projeto estarão inseridos em cada uma das quatro dimensões acima mencionadas (vide quadro apresentado no item 4), desenvolvendo pesquisa documental, estudos de caso, pesquisa de campo, pesquisa comparativa (em relação a outros municípios e estados do Brasil, mas também em relação a outros países em desenvolvimento com políticas explícitas de CSS), entre outros tipos de pesquisa qualitativa detalhados no item referente a métodos, a seguir.

A escolha pela temática da CSS-D deve-se, entre outros fatores, (a) à sua crescente importância estratégica nas agendas da política externa brasileira; (b) às contribuições que pode trazer ao sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento (maior número de atores, pluralismo de visões, diversificação das fontes de financiamento); (c) à necessidade de aprofundamento do debate científico sobre o tema da CSS, da CSS-D e da cooperação triangular no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento; (d) à importância de estudos empíricos que avaliem os efeitos e analisem as percepções dos beneficiários da CSS e da CSS-D sendo implementada pelo Brasil; (e) à escassez de estudos comparativos sobre a realidade da CSS e da CSS-D que estão sendo concebidas e implementadas pelas principais “novas potências” (África do Sul, Brasil, Índia, México, Turquia).

Entre os temas prioritários do edital, o presente projeto visa a atender os seguintes campos em que a CSS e a CSS-D têm desenvolvido projetos e programas: biodiversidade; desenvolvimento sustentável e conservação de espécies; instituições políticas, representação e cidadania; meio ambiente; políticas de desenvolvimento regional; saúde coletiva.

### **3. Objetivos: objetivo principal e objetivos secundários**

**OBJETIVO GERAL:** Analisar a emergente política de cooperação sul-sul do governo brasileiro e, com base nos resultados das pesquisas realizadas, delinear uma estratégia de ação para o estado do Rio de Janeiro.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Objetivo Específico 1: Analisar o discurso oficial brasileiro de CSS e CSS-D, bem como suas práticas, projetos e orientações políticas e estratégicas;
- Objetivo Específico 2: Identificar e analisar as principais áreas de atuação do Brasil nos campos da CSS e da CSS-D, as modalidades de cooperação utilizadas, os atores envolvidos e alguns dos resultados obtidos.
- Objetivo Específico 3: Analisar as percepções, em uma seleção de países beneficiários da CSS brasileira (Paraguai, Haiti, Moçambique, Angola, por exemplo), de atores públicos e privados envolvidos ou relacionados com esse tipos de cooperação.
- Objetivo Específico 4: Identificar práticas de CSS e CSS-D em realidades semelhantes que possam ser úteis na perspectiva da comparação e do aprendizado para o Brasil e o Rio de Janeiro, tanto no nível nacional quanto no âmbito subnacional (de cidades e estados ou províncias).
- Objetivo Específico 5: Desenvolver propostas de estratégias e políticas de inserção do estado do Rio de Janeiro nas agendas da CSS-D, em diálogo com órgãos públicos competentes (Itamaraty e Agência Brasileira de Cooperação, Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Assessoria de Cooperação Internacional do Estado do Rio de Janeiro, Assessoria de Relações Internacionais do Município do Rio de Janeiro, etc.) e organismos não governamentais (IBASE, Articulação Sul, ABONG, etc.).

### **4. Escolhas teórico-metodológicas, equipe do projeto e agenda de pesquisa:**

O sistema da CID (descrito no item 1 deste projeto), mormente a CNS, tem sido alvo de diversas interpretações e análises críticas quanto a suas origens, pressupostos e possíveis caminhos de sua superação. Uma primeira interpretação do papel das organizações da CID diz respeito à forma como se encontram associadas ao modo capitalista de produção, à sua lógica de acumulação e à legitimação do multilateralismo liberal. Portanto, a superação desse papel passaria, necessariamente, pela superação desse modo de produzir, distribuir e de se apropriar tanto dos resultados da produção quanto do próprio espaço social. Uma segunda abordagem, a crítica antropológica, revela o viés etnocêntrico na definição dos valores e normas do desenvolvimento enquanto promessa ocidental, ressaltando a origem histórica e os objetivos universalizantes da modernização. Para essa corrente, os princípios do progresso e da civilização impuseram racionalidades e medidas universais para diferentes realidades sociais, culturais e contextos históricos. Apontam, por exemplo, para a necessidade de diálogo com e entre os povos indígenas e o respeito às diferentes racionalidades.

Uma terceira visão de linhagem crítica pós-moderna adverte para a impossibilidade do caráter universal do desenvolvimento, fruto de uma utopia iluminista que acabou favorecendo os interesses das classes dominantes em detrimento das classes subalternas (ESCOBAR, 1994 e 2005). O movimento pós-desenvolvimentista acredita que, assim como o progresso, o desenvolvimento pode produzir efeitos sobre a vida e a liberdade dos homens, camuflando os interesses de diversos grupos de poder que se beneficiam desse mesmo processo. Defendem o pós-desenvolvimento e a pesquisa sobre concepções de qualidade de vida (modos de “épanouissement”) que não buscam apenas o bem estar material, que seria responsável pela degradação do meio ambiente e pela desestruturação das relações sociais. Ressaltam assim, a natureza essencialmente plural do desenvolvimento que deveria desenhar-se de forma sensivelmente diferente no Norte e no Sul. Para os países do Norte duas alternativas são apontadas: o “decrescimento feliz” e o “localismo”. O decrescimento é aqui defendido de forma planejada, visando a restaurar a justiça social e ambiental, sendo que a sobrevivência dos humanos e a salvaguarda da biodiversidade estariam intrinsecamente ligadas. Além do decrescimento feliz ou harmônico, defendem o estímulo às estratégias locais (ênfase no contexto local) como alternativas à globalização e não como o seu complemento ou reforço. Para os países da América do Sul, existiria uma gramática heterogênea e complexa em termos de agendas do desenvolvimento, variando desde a revalorização do conhecimento

indígena e das relações ancestrais com a Terra (por exemplo, o apelo ao “*buen vivir*” no Equador) até modelos neodesenvolvimentistas que recolocam o Estado na definição de modelos de regulação da economia e da sociedade (no caso brasileiro).

Uma quarta abordagem diz respeito à corrente da modernidade crítica e contra-hegemônica que assume os desafios da construção dos valores universais em novas bases (ARRIGHI, 1998; MORAES, 2006; MOSLEY *et al.*, 1995). A falta de respostas às questões relacionadas com as desigualdades sociais e a continuidade do tratamento das questões do desenvolvimento, fundamentalmente, na perspectiva econômica, vão ser a tônica das reivindicações dos movimentos alternativos expressos principalmente no âmbito do Fórum Social Mundial. Os trabalhos oriundos desse debate apontam a natureza polissêmica e multidimensional do desenvolvimento e a importância de foco no desenvolvimento social, político e cultural. Essa corrente recoloca o debate sobre qual globalização se quer construir e como se busca construí-la (BRINGEL *et al.*, 2008; MILANI, 2008; PANKAJ, 2005). É claro que muitos dos pontos analisados nessas quatro abordagens críticas sobre o desenvolvimento e o sistema da CID se entrecruzam. Aqui as consideramos como elementos que constituem um ponto de partida para a nossa análise acerca do papel da CNS e, mais particularmente, para a compreensão das particularidades e das instituições da Cooperação Sul-Sul (CSS). Em que medida a CSS e a CSS-D podem ser consideradas distintas da tradicional CNS? Quais seriam as lições e aprendizados para o caminho a ser traçado no futuro da CSS e da CSS-D?

Uma segunda dimensão analítica importante neste projeto diz respeito à Análise de Política Externa. Dando seguimento às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas por muitos dos integrantes do presente projeto sobre os atores e as agendas da política externa<sup>2</sup>, visa-se a “identificar nichos de ação tradicionalmente não associados às agendas de política externa, bem como de agências governamentais (vinculadas ou não ao Poder Executivo) e de atores não estatais cujo campo de atuação não se volte diretamente para a política internacional” (PINHEIRO; MILANI, 2012, p. 20). Ao adotar esse caminho metodológico, retoma-se uma agenda já iniciada por alguns dos pesquisadores envolvidos nesta proposta e, ao mesmo tempo, pretende-se avançar na avaliação de como esses novos temas da CSS entram na agenda de política externa, que

---

<sup>2</sup> Leticia Pinheiro, Carlos R. S. Milani, Miriam G. Saraiva e Mónica Salomón fazem parte da Rede Atores e Agendas de Política Externa (<http://agendasdepoliticaexterna.com.br>). Além disso, alguns pesquisadores também têm atuado no desenvolvimento da agenda do governo federal sobre cooperação sul-sul (IPEA, Presidência da República, Secretaria de Relações Institucionais).

conflitos e tensões são gerados e como esse processo afeta a agência tradicionalmente responsável pela formulação da política externa no Brasil, o Itamaraty. Parte-se de um pressuposto segundo o qual a diferenciação das práticas e a pluralização dos atores implicados nas agendas da CSS implicam, qualitativamente, uma nova política, da qual decorrem demandas por novos arranjos institucionais e mudanças nos marcos interpretativos da política externa de cooperação sul-sul. Pretende-se utilizar tal pressuposto na análise de casos nacionais e subnacionais, também em perspectiva comparativa.

Metodologicamente, a pesquisa aqui proposta é de natureza qualitativa (análise de conteúdo) e estará focada na análise de documentos institucionais dos casos selecionados (estudos de caso, pesquisas comparativas), bem como em entrevistas com responsáveis políticos em diferentes níveis (internacional, nacional e subnacional), representantes oficiais de assessorias internacionais de cidades e estados, além de membros de ONGs, redes ou movimentos sociais. Além disso, serão utilizados métodos de política comparada, com base nos trabalhos de BADIE & HERMET (2001), BEASLEY *et al.* (2002), DOGAN *et al.* (1994) e SCMITTER (2009).

Entre as fontes secundárias, serão privilegiadas: (i) textos políticos e normativos que definem as modalidades de CSS e CSS-D do Brasil e de alguns países selecionados para a comparação; (ii) documentos oficiais que explicam as estratégias de CSS-D de municípios e estados brasileiros e de alguns países selecionados para a comparação; (iii) informes publicados pela Agência Brasileira de Cooperação, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, entre outras agências oficiais brasileiras; (iv) documentos de projetos reais e concretos de CSS e de CSS-D do Brasil e de outros países selecionados; (v) literatura científica (artigos e livros, em português, inglês, espanhol, francês e italiano).

O projeto constitui-se de uma rede de pesquisadores e instituições do Rio de Janeiro, de três outros estados (Bahia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo) e de dois outros países (Espanha, México). Da rede constam os seguintes nomes de pesquisadores e instituições:

- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): Maria Regina Soares de Lima (IESP), Carlos R. S. Milani (IESP), Breno Bringel (IESP), João Feres Júnior (IESP)

- e Miriam Gomes Saraiva (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, PPGRI).
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Letícia Pinheiro (Instituto de Relações Internacionais), Jurek Seifert (doutorando, IRI/PUC-Rio) e Carolina Oliveira Salgado (doutoranda, IRI/PUC-Rio).
  - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO): Enara Echart Muñoz (Escola de Ciência Política, Centro de Estudos Jurídicos e Políticos).
  - Universidade Federal da Bahia: Elsa Kraychete (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, IHAC), Daniel Aragão (IHAC), Tacilla Siqueira Santos (doutoranda, Escola de Administração da UFBA), André Nascimento dos Santos (doutorando, Escola de Administração da UFBA), Elga Lessa (doutoranda, Escola de Administração da UFBA).
  - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): Maria Priscilla Kreitlon (Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências).
  - Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR): Camila Carneiro Dias Rigolin (Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, PPGCTS).
  - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): Alfa Oumar Diallo (Faculdade de Direito e Relações Internacionais, FADIR), Henrique Sartori de Almeida Prado (FADIR).
  - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Mónica Salomón González (Departamento de Economia e Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais).
  - Universidade Complutense de Madri (UCM): Bruno Ayllón Pino (Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação, IUCD).
  - Universidade Autónoma de Puebla (México): Juan Pablo Prado (Faculdade de Direito e Ciências Sociais, Academia de Relações Internacionais).

A montagem de uma rede com tais pesquisadores de diferentes locais do Brasil e do mundo resulta da própria natureza do projeto submetido. O requisito mínimo de sete pesquisadores vinculados a instituições do Rio de Janeiro se encontra satisfeito, sendo que três deles, residentes no Rio de Janeiro, enquadram-se na categoria de “emergentes” (com menos de 10 anos de defesa do doutorado), requisito básico para a Faixa “A” em que se insere o projeto. A participação de pesquisadores de fora do Rio de Janeiro é uma opção decorrente da natureza do objeto (cooperação internacional, inserção do Rio de

Janeiro na agenda internacional), o que justifica a presença de colegas de outros estados do Brasil e alguns de fora do país, cuja expertise é mobilizada em prol da agenda de trabalho do grupo.

A partir de consulta prévia realizada por e-mail com todos os membros da equipe, os pesquisadores encontram-se assim distribuídos de acordo com as quatro dimensões do projeto anunciadas no item 2 deste projeto:

Dimensões	Pesquisadores
Agendas da Cooperação Sul-Sul e Política Externa	Maria Regina Soares de Lima, Miriam Gomes Saraiva, Letícia Pinheiro, Mónica Salomón González, Maria Priscilla Kreitlon, Camila Carmeiro Dias Rigolin, Carlos R. S. Milani, Jurek Seifert (doutorando, IRI/PUC-Rio) e Carolina Oliveira Salgado (doutoranda, IRI/PUC-Rio).
Cooperação Sul-Sul Descentralizada (CSS-D)	Mónica Salomón González, Bruno Ayllón Pino, Alfa Oumar Diallo, Henrique Sartori de Almeida Prado, Juan Pablo Prado.
Organizações da sociedade civil	Enara Echart Muñoz, Breno Bringel, Carlos R. S. Milani, João Feres Júnior, Elsa Kraychete, Daniel Aragão, André Nascimento dos Santos (doutorando, UFBA), Tacilla Siqueira Santos (doutoranda, UFBA), Elga Lessa (doutoranda, UFBA).
Estratégias de inserção do Rio de Janeiro na CSS-D	Enara Echart Muñoz, Bruno Ayllón Pino, Mónica Salomón González, Henrique Sartori de Almeida Prado, Carlos R. S. Milani.

## 5. Metas e atividades de acordo com os objetivos

### ATIVIDADES (A):

**- Objetivo Específico 1:** Analisar o discurso oficial brasileiro de CSS e CSS-D, bem como suas práticas, projetos e orientações políticas e estratégicas.

**A.1.1.-**Revisar o marco político e normativo da CSS e da CSS-D do Brasil.

**A.1.2.-**Realizar entrevistas com atores institucionais no âmbito federal, estadual e municipal.

**A.1.3.-**Sistematizar e difundir os resultados da pesquisa, por meio de seminários, publicações impressas, “*policy papers*” e um “website” do projeto a ser criado em ligação com as diferentes instituições participantes do presente projeto.

- **Objetivo Específico 2:** Identificar e analisar as principais áreas de atuação do Brasil nos campos da CSS e da CSS-D, as modalidades de cooperação utilizadas, os atores envolvidos e alguns dos resultados obtidos.

**A.2.1:** Mapear os atores-chave da CSS e da CSS-D do Brasil.

**A.2.2:** Identificar as áreas de ação da CSS e da CSS-D do Brasil, bem como suas interfaces com a CNS em que o Brasil ainda aparece como beneficiário.

**A.2.3:** Identificar as modalidades de cooperação utilizadas e os principais projetos implementados.

- **Objetivo Específico 3:** Analisar as percepções, em uma seleção de países beneficiários da CSS brasileira, dos atores públicos e privados envolvidos ou relacionados com esse tipos de cooperação.

**A.3.1:** Analisar os efeitos dos projetos de CSS e CSS-D realizados pelo governo brasileiro nesses países selecionados.

**A.3.2:** Identificar os atores públicos e privados (Estado e agentes descentralizados, organismos internacionais, ONG, empresas, etc.) envolvidos com a CSS e a CSS-D do Brasil nos diferentes países analisados.

**A.3.3:** Identificar e analisar os mecanismos de diálogo implementados.

**A.3.4:** Analisar o conteúdo dos discursos e as percepções dos atores em relação com a cooperação brasileira.

- **Objetivo Específico 4:** Identificar práticas de CSS e CSS-D em realidades semelhantes que possam ser úteis na perspectiva da comparação e do aprendizado para o Brasil e o Rio de Janeiro, tanto no nível nacional quanto no âmbito subnacional (de cidades e estados ou províncias).

**A.4.1:** Definir uma metodologia e uma grade de análise para a pesquisa comparativa a ser desenvolvida.

**A.4.2:** Realizar pesquisas no México, na África do Sul, China, Índia e Turquia sobre a natureza e a instituições da CSS e da CSS-D desses países, com vistas a tirar lições e aprendizados para a estratégia brasileira.

- **Objetivo Específico 5:** Desenvolver propostas de estratégias e políticas de inserção do Rio de Janeiro nas agendas da CSS-D, em diálogo com órgãos públicos competentes (Itamaraty e Agência Brasileira de Cooperação, Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Assessoria de Cooperação Internacional do Estado do Rio de Janeiro, Assessoria de Relações Internacionais do Município do Rio de Janeiro, etc.) e organismos não governamentais (IBASE, Articulação Sul, ABONG, etc.).

**A.5.1:** Elaboração de uma análise DAFO (debilidades, ameaças, forças, oportunidades) sobre a CSS e a CSS-D do Brasil (com ênfase para a cooperação prestada em uma seleção de países, estados/províncias e cidades).

**A.5.2:** Redação de um relatório com propostas de melhoria dos processos e projetos de cooperação do Brasil no âmbito da CSS e da CSS-D.

**A.5.3:** Elaborar catálogos de práticas (com lições e aprendizados) da CSS-D com base nos casos analisados.

**A.5.4:** Elaborar, em parceria com organismos públicos competentes (possivelmente a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais e da Subsecretaria de Relações Internacionais da Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro), módulos de formação, presenciais e a distância, para gestores atuando na ponta de projetos de CSS-D.

## **6. Resultados esperados, riscos e dificuldades:**

- Revisão da literatura especializada nacional e estrangeira (inglês, francês, italiano e espanhol), com base na lista inicial de referências bibliográficas integrada ao final deste projeto (meses 1-12);
- Coleta e análise de dados secundários nacionais e estrangeiros sobre o tema, a partir de sistema de palavras-chave do projeto, além da realização de entrevistas semi-estruturadas com informantes (meses 12-24);
- Produção de um relatório de pesquisa, de um livro e, pelo menos, dez artigos analisando os dados coletados e os conceitos desenvolvidos pela literatura nacional e estrangeira (meses 24-36);

- Apresentação de resultados em, pelo menos, dois seminários, nacional e outro internacional, organizados no âmbito deste projeto (meses 24-36).
- Difusão das pesquisas em um *website* do projeto em associação com as diferentes redes e instituições de que fazem parte os pesquisadores associados;
- Elaboração, em diálogo com os responsáveis políticos e agentes da CSS-D, de um “pacote de estratégias” (insumo para políticas públicas, módulos de formação, etc.) para o desenvolvimento da CSS-D do estado do Rio de Janeiro.

Estes produtos contribuirão para a redução das lacunas atualmente existentes no Brasil no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais sobre a CSS e a CSS-D, além de contribuir para o desenvolvimento de um trabalho conceitual sobre as instituições da cooperação sul-sul e da CSS-D em perspectiva comparada (África do Sul, Brasil, China, Índia e México). Os riscos, dificuldades e as incertezas, inerentes a este projeto serão superados, na medida do possível, tendo em vista as seguintes considerações: (a) a experiência anterior do proponente deste projeto com pesquisas na área de Relações Internacionais e Política Externa; (b) a competência que está sendo desenvolvida pelo proponente através de atividades de docência e pesquisa do IESP/UERJ, que apoia institucionalmente a presente proposta e tem tradição reconhecida na área (inclusive abrigando um dos INCTs, Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia); (c) os contatos anteriores do proponente com outras experiências de natureza internacional, experiência acumulada e necessária à elaboração deste projeto; (d) a participação anterior do proponente em eventos nacionais e internacionais relacionados com o tema da pesquisa, bem como em redes e projetos de pesquisa nacionais e internacionais (projetos FAPERJ/Cientista do Nosso Estado, CAPES, CNPq, Fundação Ford); (e) o fato do objeto desta pesquisa estar experimentando um crescimento de importância, em nível nacional e internacional, e despertando o interesse de organizações públicas e privadas no Brasil; (f) as redes de contato institucional, necessárias à execução de trabalhos de pesquisa.

## 7. Cronograma de execução:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ATIVIDADES	MESES
<b>Objetivo 1:</b> Analisar o discurso oficial brasileiro da CSS e da CSS-D.	A.1.1: Revisar o marco político e normativo	1-12
	A.1.2: Realizar entrevistas.	12-24

	A.1.3: Sistematizar e difundir os resultados: seminários e difusão.	24-36
<b>Objetivo 2:</b> Identificar e analisar as principais áreas de atuação.	A.2.1: Mapear os atores-chave. A.2.2: Identificar as áreas de ação. A.2.3: Identificar as modalidades	1-18 1-18 1-18
<b>Objetivo 3:</b> Analisar percepções da sociedade civil.	A.3.1: Analisar os efeitos nos países selecionados. A.3.2: Identificar os atores públicos e privados. A.3.3: Identificar e analisar os mecanismos de diálogo. A.3.4: Analisar o conteúdo dos discursos e as percepções dos atores não estatais.	6-18 6-18 6-24 12-24
<b>Objetivo 4:</b> Identificar práticas de CSS e CSS-D em perspectiva comparativa.	A.4.1: Definir metodologia. A.4.2: Realizar pesquisas nos países selecionados.	1-6 6-18
<b>Objetivo 5:</b> Desenvolver propostas de estratégias e políticas de inserção do Rio de Janeiro.	A.5.1: Elaboração de uma análise DAFO. A.5.2: Relatório com propostas. A.5.3 : Elaborar catálogos de práticas. A.5.4: Módulos de formação.	6-18 18-24 24-32 24-32

## 8. Orçamento:

O orçamento, em anexo, encontra-se justificado com base em propostas de firmas especializadas, tanto para a aquisição de peças, equipamentos e cotação de materiais permanentes ou módulos para equipamentos, como para as obras, serviços em equipamentos e contratos de manutenção corretiva ou preventiva.

## 9. CV Lattes dos pesquisadores:

Nomes	Endereço online do CV Lattes
1. Alfa Oumar Diallo	<a href="http://lattes.cnpq.br/7966939824569607">http://lattes.cnpq.br/7966939824569607</a>
2. Breno M. Bringel	<a href="http://lattes.cnpq.br/5681987657897099">http://lattes.cnpq.br/5681987657897099</a>
3. Bruno Ayllón Pino	<a href="http://lattes.cnpq.br/6391883667242638">http://lattes.cnpq.br/6391883667242638</a>
4. Camila C. Dias Rigolin	<a href="http://lattes.cnpq.br/2388584081961836">http://lattes.cnpq.br/2388584081961836</a>
5. Carlos R. S. Milani	<a href="http://lattes.cnpq.br/5543774684916326">http://lattes.cnpq.br/5543774684916326</a>
6. Daniel Maurício de Aragão	<a href="http://lattes.cnpq.br/8423040021928177">http://lattes.cnpq.br/8423040021928177</a>
7. Elsa S. Kraychete	<a href="http://lattes.cnpq.br/8656566812624296">http://lattes.cnpq.br/8656566812624296</a>
8. Enara Echart Muñoz	<a href="http://lattes.cnpq.br/6006436900849498">http://lattes.cnpq.br/6006436900849498</a>
9. Henrique Sartori de A. Prado	<a href="http://lattes.cnpq.br/3779051280302364">http://lattes.cnpq.br/3779051280302364</a>
10. João Feres Júnior	<a href="http://lattes.cnpq.br/4890516395721831">http://lattes.cnpq.br/4890516395721831</a>
11. Juan Pablo Prado	N. A.
12. Leticia Pinheiro	<a href="http://lattes.cnpq.br/4376327572484778">http://lattes.cnpq.br/4376327572484778</a>
13. Maria Priscilla Kreitlon	<a href="http://lattes.cnpq.br/0133016008589420">http://lattes.cnpq.br/0133016008589420</a>
14. Maria Regina Soares de Lima	<a href="http://lattes.cnpq.br/4161307140465507">http://lattes.cnpq.br/4161307140465507</a>
15. Miriam Gomes Saraiva	<a href="http://lattes.cnpq.br/7583146431148717">http://lattes.cnpq.br/7583146431148717</a>
16. Mónica Salomón	<a href="http://lattes.cnpq.br/4733688279568583">http://lattes.cnpq.br/4733688279568583</a>
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO/PIBIC, MESTRADO E DOUTORADO IDENTIFICADOS PARA ATUAR NO PROJETO, SOB ORIENTAÇÃO DOS PROFESSORES:	
1. André L. Nascimento dos Santos	Doutorado/UFBA/Carlos R. S. Milani
2. Elga Lessa de Almeida	Doutorado/UFBA/Elsa S. Kraychete
3. Tacilla da Costa e Sá S. Santos	Doutorado/UFBA/Carlos R. S. Milani
4. Carolina de Oliveira Salgado	Doutorado/PUC-Rio/Leticia Pinheiro
5. Jurek Seifert	Doutorado/PUC-Rio/Leticia Pinheiro
6. Carolina Burle Niemeyer	Doutorado/IESP-UERJ/Breno M. Bringel
7. Joana Emmerick Seabra	Mestrado/ IESP-UERJ/Breno M. Bringel
8. Tahina Ojeda	Doutorado/IUDC-UCM/Bruno A. Pino
9. Alice Bancet	Mestrado/IUDC-UCM/Bruno A. Pino
10. Felipe Leal R. Albuquerque	Mestrado/PPGRI-UERJ/Miriam Saraiva
11. Mayara Melo da Silva	PIBIC/UERJ/Miriam Saraiva

## 10. Referências bibliográficas preliminares:

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. *A Cooperação Técnica do Brasil para a África*. Brasília: ABC – Ministério das Relações Exteriores, 2010. Disponível em: [http://www.abc.gov.br/download/CatalogoABCAfrica2010\\_P.pdf](http://www.abc.gov.br/download/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf)
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- AYLLON PINO, B. Argentina: horizontes y oportunidades de la Cooperación Sur-Sur en el año del bicentenario. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, n. 27, 2011.
- BADIE, Bertrand & HERMET, Guy. *La politique comparée*. Paris: Armand Colin, 2001.
- BANCO MUNDIAL. “Ciudades en transición”. *Estrategia del Banco Mundial para los gobiernos urbanos y locales*. Washington D.C., 2000.
- BEASLEY, Ryan K. et al. *Foreign Policy in Comparative Perspective*. Washington: CQ Press, 2002.
- BREUNING, Marijke. *Foreign Policy Analysis, a comparative introduction*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- BRIGAGÃO, Clóvis. *Relações Internacionais Federativas do Brasil* - Estados e Municípios. Rio de Janeiro: Gramma, 2005, 1. ed.

- BRINGEL, B.; LADALUZE, J.; BARRERA, M. “Solidaridades para el desarrollo: la política de “cooperación activista con el MST brasileño”. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación* nº 22 - *Brasil: los desafíos de la cooperación de una potencia emergente*. Madrid, 2008. Pp. 147-162.
- BURNELL, Peter. *Foreign Aid in a Changing World*. Londres: Open University Press, 1997.
- CARMODY, Padraig. *The New Scramble for Africa*. Cambridge, UK: Polity Press, 2011.
- CHISHOLM, L.; STEINER-KHAMSI, G. *South-South Cooperation in Education and Development*. New York: Teachers College Press, 2009.
- DEL HUERTO, M. “Análisis de la cooperación descentralizada local. Aportes para la construcción de un marco de referencia conceptual en el espacio de las relaciones UE-América Latina”. *Anuario de la Cooperación descentralizada 2007*. Barcelona: Observatorio Cooperación Descentralizada UE-América Latina. Pp.44 - 63.
- DOGAN, Mattei; KAZANCIGIL, Ali (org.). *Comparing Nations: concepts, strategies, substance*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- ECHART, E. *Movimientos sociales y Relaciones Internacionales. La irrupción de un nuevo actor*. Madrid: IUDC-UCM-Los Libros de La Catarata, 2008.
- ESCOBAR, Arturo. El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (org.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005, pp. 17-31.
- \_\_\_\_\_. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- FUENTE, Rosa de la (Coord.). *Los nuevos actores en la cooperación internacional. El papel de los gobiernos locales y regionales*. Madrid: IUDC-UCM/La Catarata, 2010.
- FUKUDA-PARR, Sakiko; LOPES, Carlos; MALIK, Khalid (org.). *Capacity for development: new solutions to old problems*. Londres: Earthscan Publications, 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009*. Brasília: IPEA/ABC, 2010.
- LANCASTER, C. *Foreign Aid: diplomacy, development, domestic politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- LIMA, M. R. S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, 2005. Pp. 24-59.
- MARCOVITCH, Jacques (Org.) *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- MILANI, Carlos R. S. “O Fórum Social Mundial de Nairóbi e os Movimentos Sociais Transnacionais: contestação política, transnacionalidade e redes na política mundial contemporânea.” *Anais do 1º Encontro Nacional da ABRI* (arquivo eletrônico). Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2007.
- MORAES, Reginaldo Correa. *Estado, Desenvolvimento e Globalização*. São Paulo: UNESP, 2006.
- MOSLEY, P.; HARRIGAN, J.; TOYE, J. *Aid and Power: the World Bank and policy based lending*. Londres/NYC: Routledge, 1995.
- PANKAJ, Ashok K. Revisiting Foreign Aid Theories. *International Studies*, vol. 42, n. 2, 2005, p.103-121.
- PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. (orgs.). *Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- RIST, Gilbert. *Le développement, histoire d’une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences-Po, 1996.
- SALOMÓN, Monica. “Los estados y municipios brasileños como actores de la cooperación internacional”. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, nº 22, primavera/verano, 2008. Pp.145-160.
- SCMITTER, Philippe C. The nature and future of comparative politics. *European Political Science Review*, vol. 1, n. 1, p. 33-61, 2009.
- TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. Cambridge University Press, 2005.
- VIGEVANI, Tulio et al. (org.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC/UNESP/EDUSC/FAPESP, 2004.